salários, que consegue alavancar muito pouco, portanto, o desembolso dele também é relativamente e comparativamente a todos de uma unidade inteira, vai ser muito pequeno, então, pode se interessar. Assim que tivermos a definição do projeto "Não, quero 15% dessas unidades porque quero colocar esse público aqui", então, a PPP traz esse elemento expressamente. Falamos aqui genericamente. Se ele quiser mais, existe um dispositivo que pode, você pode arbitrar os contratos administrativos de obras. Se eventualmente a Secretaria tiver interesse, quiser aumentar e arbitrar o contrato poderá requerer uma ou outra unidade para atender situações específicas de fragilidade. Há uma regrinha lá, não é assim tão à vontade do dirigente do momento. Não é um número desprezível também. Pode fazer locação social, algum outro tipo de comercialização dentro das regras municipais, da Resolução 32 tem. Dentro da PPP tem um percentual de unidades que pode, a critério do Secretário, da Secretaria se agregar para demandas específicas. **Sra. Samira** – Só mais uma questão ligada a isso. Você já começou essa parte. Acho que até mais, vi umas fotos aéreas dos lotes, acho que não são só dois que tem ocupação, né? **Sr. Reinaldo Iapequino** – Só dois. **Sra. Samira** – Eles já têm cadastramento? **Sr. Reinaldo Iapequino** – Uma parte do Córrego do Bispo está sendo feito agora, mas no Violão teve um chamamento, a quantidade eu não sei qual é aqui agora, já está para fazer atendimento. Já está em discussão com as entidades. **Sra. Samira -** O que acontece, por exemplo, vai atender as pessoas que estão lá? E se elas não se enquadrarem nos critérios do programa? **Sr. Reinaldo Iapequino -** Quando falamos atender é sempre dentro dos critérios legais. Lá tem gente que já recebeu unidade, não vai ter direito, digamos assim, ao atendimento, não é a PPP, ali é em situações normais que acontece. Se você encontra dentro de um grupo, mesmo você fazendo o reassentamento e essa pessoa já recebeu atendimento, já foi beneficiada pela política, já recebeu subsídio, ela vai ser atendida, não é na PPP. (Conversas paralelas) **Sra. Samira -** Não estou falando da questão de atendimento, pessoa que passa no critério de renda. **Sr. Reinaldo Iapequino -** Esses 15% podem ser ampliados. (Conversas paralelas) **Sra. Samira -** Vocês fizeram essa conta? Por exemplo, o lote 12 que foi um pouco mais detalhado é uma área bem grande de ocupação. Lá mesmo vão atender toda aquela população e ainda trazer outras unidades? Porque acredito que 15% não atende todo mundo que está lá. **Sr. Reinaldo Iapequino -** Essa é uma discussão que vamos ter que fazer de ampliação da PPP, dos 15%. Mas certamente vamos encontrar e possamos fazer o financiamento. **Sra. Samira - Quem não tiver? Sr. Reinaldo Iapequino -** Quem não tiver vai entrar nos critérios. Não conseguiu o atendimento vai entrar em outro programa, como acontece em outras ações, como concessão de prédio, por exemplo. **Sra. Samira -** É um programa habitacional do município, ou do estado. **Sr. Reinaldo Iapequino -** Reintegração, tem gente que vai ser atendida e tem gente que não vai ser. **Sra. Samira -** Até 15% eu acho muito difícil o lote 12 atender, então a prefeitura vai ter que pagar um monte mais. **Sr. Reinaldo Iapequino -** É cedo para dizer, mas vamos incluir a entidade. O edital da PPP tem uma flexibilidade. **Sra. Samira -** A prefeitura aportando mais? **Sr. Reinaldo Iapequino -** Assim como ela teria que colocar para construir unidades. **Sra. Samira -** Mas qual foi o critério para esses terrenos se vocês pegaram diversas ZEIS e área de ocupação no caso? **Sr. Reinaldo Iapequino -** No caso do Córrego do Bispo é o problema, é área de risco, é área ambiental. **Sra. Samira -** Não seria um caso muito delicado para fazer uma PPP? Já que é uma área de risco não poderia ser um programa da prefeitura e não da PPP? **Sr. Reinaldo Iapequino -** A primeira vez que ouvi falar do Córrego do Bispo foi em 2007. Tivemos todas as oportunidades de 2007 para cá para fazer. Alguém ia colocar o Córrego do Bispo dentro de uma ação? Alguém ia fazer 3 mil unidades só no Córrego do Bispo? **Sra. Samira -** Desculpa, essa é uma preocupação de vocês. **Sr. Reinaldo Iapequino -** Você está perguntando e estou respondendo. Senão fosse pela PPP, alguém estaria olhando para o Córrego do Bispo? **Sra. Samira -** Se alguém tinha que olhar era a Secretaria, são vocês mesmos. **Sr. João Farias -** A ação da PPP, Samira, é olhar para o Córrego do Bispo. Têm duas formas de olhar para ele hoje, como posso olhar para um monte de área em São Paulo: Que coisa, o que vamos fazer? Não tem solução, não tem mais o Minha Casa Minha Vida Faixa 0 a 1, não tenho dinheiro. Vamos ter que esperar. Quais alternativas que tem? Apareceu uma PPP. Qual das áreas em São Paulo tem um problema sério, que é área de risco, precisa ter desocupação porque pode ter problema? A região do Córrego do Bispo é uma, conseguimos incluir na PPP? Conseguimos. Qual é o problema? Não vai dar para atender todo mundo. Espera aí, vamos discutir um problema por vez. A PPP é uma alternativa real, positiva, que não vai atender toda aquela população, é fato, porém, temos a possibilidade de atender boa parte dela e discutir uma alternativa para aquela que de um jeito ou outro uma hora tem que tirar de lá, seja para colocar num apartamento, ou num outro empreendimento, porque onde ela está pode morrer, como estamos fazendo com o Morro dos Macacos no dia 11 de junho agora, porque às vezes não é uma questão de opção, é uma questão literalmente de necessidade, de obrigação, de responsabilidade. Entendemos que aquelas famílias tem que ter uma opção efetiva do Poder Público. Fato, nós não eximimos aqui nossa responsabilidade. Agora, não posso só por conta da justificativa que não tenho recurso para atender 100%, meu recurso só vai permitir atender 50 com moradia definitiva, vou esperar ter recurso para atender 100%, e não atender os 50 agora e encontrar uma solução paliativa para os outros 50, até ter a moradia definitiva. Qual é a paliativa? Vai ser o auxílio aluguel até que encontremos uma solução efetiva para aqueles que não forem contemplados na PPP. É uma questão muito prática, aqui não tem questão ideológica, política, é questão prática. Se não fosse dessa forma hoje possivelmente em breve seria uma muito pior, é uma decisão judicial para reintegração de posse por conta de área de risco, ou uma interdição da Defesa Civil, sem solução nenhuma para aquela população. A PPP é uma alternativa. Pode não ser a ideal, pode não ser a melhor, mas é uma. As outras vamos tentar construir juntos. João Bosco. Vamos fazer assim, três pessoas e ele responde. **Sr. João Bosco -** Bem rápido. Parabéns, tecnicamente eu achei interessante sua colocação, politicamente bom, agora, não se esqueça do social, porque todo pessoal aqui que está numa conta, tem um monte de gente com salário de R$1 mil, R$1 mil e poucos reais, se for pagar R$600 na prestação, R$200 de condomínio, pagar água e luz, quanto tempo ele vai ficar nesse apartamento? No final do mês não come, não vive. Então, dê uma atenção especial para o social. **Sr. João Farias -** Mariza. **Sra. Mariza -** Estamos indignados enquanto Conselheiros, porque já pedimos um seminário faz tempo, desde que o Iapequino nos trouxe essa proposta das PPPs. Continuamos com muitas dúvidas. Desde esse dia não teve seminário e hoje estava até pensando que ia ter uma apresentação, temos vários questionamentos e o Iapequino acabou de nos falar que estão acontecendo as coisas, está tudo ok. Mas para nós enquanto movimentos de moradia não estamos satisfeitos. É isso que o João falou, a Samira falou, que estamos muito preocupados, porque a maioria das nossas demandas é família que ganha até R$1 mil, ou ganha Faixa 1. Essa questão do percentual que você apresentou, já respondeu à Samira, queremos saber de fato quantos por cento irão ser atendidos da Faixa 1 para a PPP, não está bem claro para mim. Sobre os critérios do enquadramento da demanda. Quais vão ser de fato esses critérios? Você falou também, mas ainda não estou convencida. A questão da escolha, nós do movimento moradia vamos poder apresentar demanda? Quais vão ser os critérios das entidades? Fiquei com muitas dúvidas, infelizmente hoje estou insatisfeita dessa apresentação novamente. Pedimos muito, porque temos uma responsabilidade enquanto coordenação, enquanto representantes do Conselho para nossos movimentos. Estamos insatisfeitos, até porque temos experiência com o Governo do Estado. Você falou "Se as famílias não enquadrarem voltam ao programa". Mas se estamos aqui pensando para tirar nossas demandas que estão inseridas no movimento para ser atendidas num programa habitacional vão voltar para a fila? Qual fila vai ser? Vai voltar para o movimento ou vai ficar na fila do Governo de novo? Estamos muito preocupados com isso. Não estamos saindo daqui satisfeitos enquanto Conselheiros, os outros companheiros vão falar, mas sendo dessa forma que nos foi apresentado, enquanto Conselheiros, também vamos entrar com outra ação. **Sr. João Farias -** "Nani". **Sra. Nani -** Boa tarde a todos. ...(inaudível)... Endosso todas as palavras da Mariza, não vou repetir, mas o descontentamento do Conselho, acredito que vários companheiros não vão sair daqui contemplados, até porque deixamos muito claro aqui neste Pleno, em vários momentos pedindo inclusive esclarecimento das PPPs, que fizesse reunião com o movimento, viemos acreditando nisso desde o ano passado. Outra coisa é não estar em discussão a PPP, acho que tem que estar em discussão sim, por que não está em discussão? Acho fundamental. Então, pergunto, qual é a atribuição do nosso Conselho? Então, tem que estar em discussão sim. Esse é o meu descontentamento. A pergunta que quero colocar aqui é a seguinte: vão atender a Faixa 1,5, certo? Estou equivocada ou não? Correto? A renda é até R$2.862, mas começa onde, a partir de que renda? A outra aqui está respondida, vai de R$5 mil até R$9 mil. Onde começa essa renda na outra? Sabemos que é até R$2.862, mas a partir de quanto começa essa renda? A outra pergunta que gostaria que fosse respondida: Como se deu a escolha de uma entidade que vai atender o lote 1 de Heliópolis? Vai ter o edital para os outros? Os movimentos também vão poder se inscrever, vão poder encaminhar a demanda? São essas duas perguntas que gostaria que fossem respondidas. **Sr. João Farias –** O Iapequino responderá e iremos para outra rodada. **Sr. Reinaldo Iapequino -** Quando desenvolvemos o projeto da PPP estivemos aqui no Conselho, não sei se houve uma renovação aqui, mas se você pegar as atas, apresentamos tal qual falamos agora. Não houve seminário, apresentamos aqui. Essa PPP não está mais em discussão, já esteve em discussão, teve consulta pública, passou por um processo de controle dos órgãos externos. Nos próximos estaremos com disposição para discutir. Mas quero repetir uma coisa, a PPP nasce na COHAB não é por acaso. A COHAB tem ação própria. Estamos sempre discutindo, são os fóruns de discussão, debate, mas rigorosamente a COHAB não se submete à Lei 11.632 nas ações próprias dela, a não ser naquilo que está lá, que ela atua como agente operador do FMH; não estou dizendo isso de forma arrogante, estou dizendo aqui de forma legal. No caso da PPP desenvolvida na COHAB, se fosse desenvolvida na Secretaria o Conselho teria prerrogativa de deliberar inclusive. Sendo feito na COHAB, e a legislação permite que seja feita na COHAB, é uma questão autônoma da companhia. (Manifestação fora do microfone) **Sr. Reinaldo Iapequino -** Fui chamado para explicar e estou tentando explicar. (Manifestação fora do microfone) **Sr. Reinaldo Iapequino -** São os canais legais disponíveis. **Sr. João Farias -** Vamos seguir. Depois todo mundo que está inscrito vai falar. **Sr. Reinaldo Iapequino -** A Faixa 1 recomeça o atendimento em 1 salário mínimo, até 10 salários mínimos. Não usamos o conceito, não faz chamamento, se refere ao Faixa 1 como referência, porque Faixa 1 é um conceito do Governo Federal, usamos os conceitos do PDE, que é HIS 1, HIS 2, que está no Plano Diretor, que encaixamos Faixa 1 do conceito federal no conceito de HIS 1. Começamos atendimento HIS 1, que é de 1 salário, até 10. Dentro dessas 13 mil unidades, até 3 salários mínimos temos 3 mil unidades, depois vai distribuindo isso para as demais, sendo que até 6 salários temos 72% das unidades distribuídas para o que chamamos de HIS, no caso da PPP, de 1 a 6. Você falou do Heliópolis, de entidade. Ninguém atribuiu as unidades, foi uma concorrência internacional. Ganhou uma empresa para desenvolver o projeto, não é entidade que vai executar, é uma empresa contratada, como se fosse uma licitação de obras. Se tivesse um recurso próprio nosso seria feita uma licitação para uma empresa. Como as entidades contratam, várias entidades que fazem seus programas aqui têm empresas contratadas, então, não é a entidade que vai fazer. (Manifestação fora do microfone) **Sr. João Farias -** Vamos seguir? **Sr. Reinaldo Iapequino -** Posso continuar? (Pausa) Quanto à demanda, a PPP não cria demanda, a lista das famílias vai sair dos critérios que a Secretaria e a COHAB têm dentro das regras que estão aqui definidas, sob o olhar de todos os órgãos de controle, ninguém vai ousar, inventar na criação de lista. Essa lista é formada, ordenada e entregue para a empresa. A empresa não vai deliberar quem entra. Vai pegar, fazer a triagem de documentos, auxiliar, ajudar a organizar os documentos da família e entregar ao agente financeiro, se for Caixa, à Caixa, se for outro, ao outro. Lá discutir as questões de obtenção do crédito. Essa empresa vai apoiar, orientar, ajudar a corrigir, acertar o nome para tentar viabilizar o financiamento. É assim que vai funcionar. **Sr. João Farias - Marcelo. Esqueci seu nome. Sra. Mirtes -** Mirtes. **Sr. João Farias -** Você está inscrita, se interromper toda hora, primeiro, é um desrespeito com quem se inscreveu na sua frente. Segundo, com a pessoa que está falando. Precisamos ter um entendimento aqui, quando um fala o outro ouve. Você vai ter direito a falar e quando chegar sua oportunidade pode inclusive falar tudo aquilo que achar que tem que falar. Mas quero pedir para tentar manter a nossa bagunça organizada, para podermos seguir aqui. Marcelo, por favor. **Sr. Marcelo -** Boa tarde. Sou da Associação Comunitária Nova Heliópolis, eu faço parte do grupo da COHAB, agradeço pela oportunidade da fala. O que percebemos é que de gestão para gestão, a parte da Sociedade Civil é sempre informada depois. Acho que se temos um Conselho Deliberativo aqui, aí o Iapequino falou que teve uma ação junto à COHAB em relação à PPP. Falo por mim, porque é a primeira vez, quero aprender muita coisa aqui neste Conselho, durante o tempo que estiver aqui quero participar e ser útil, mas que possamos deliberar e que sejam atendidos todos os programas que passam por aqui, que os movimentos acabam procurando e ter esse entendimento, até porque os movimentos têm suas responsabilidades, têm seus grupos, têm suas respostas para dar na sua base. O Poder Público passa, quem não passa somos nós que estamos na base o tempo inteiro. Têm algumas décadas que trabalho no Heliópolis em relação à moradia e programas. Peculiar em Heliópolis é que os grupos eu vejo trabalham mais de atendimento social em obras que acontecem durante as gestões. E os movimentos procuram atender essa demanda dentro da região e discutir na Secretaria, sempre foi assim, não nos apegamos muito em fazer construção de unidades. Acho que foi um erro estratégico nosso nesse sentido de não fazer essa leitura de procurar mais terrenos, como outras entidades fizeram unidades habitacionais. No entanto, essa questão da PPP passa de uma forma que, novamente, Iapequino, que você fala o seguinte "Nesse primeiro momento vamos discutir a PPP", já informando a PPP da forma que foi feita. **Sr. Reinaldo Iapequino -** Desse lote. **Sr. Marcelo -** Só que no segundo momento você fala que podemos discutir com o Conselho Municipal essa questão da PPP. Poderia ter sido feito antes, acho que o Conselho conseguiria também contribuir na construção da PPP, além de tirar dúvidas, dentro da lei, também formular as questões, essa questão da Faixa 0 que não tem. A preocupação é: o cara com salário mínimo, qual é o percentual que vai pagar na prestação? Isso vai subindo. Também estamos vivendo de alguns anos para cá uma "puta", desculpa a fala, de uma dificuldade financeira para todo mundo, como ele vai usar o FGTS dentro dessas faixas? Nunca digo não para nada, mas temos que fazer uma construção positiva seja em qual for o programa. Tenho meu posicionamento onde trabalho na minha região, falo isso sempre. Agora, por outro lado, não pode ser irresponsável de deixar que a qualquer momento, qualquer local que seja feita intervenção da PPP deixar gente fora do programa, por que isso vai sobrar para quem? Para a Secretaria de Habitação. E o Conselho mais tarde fazer o quê? Devolução para atender as famílias que não foram atendidas na PPP. Vai cair no colo do Secretário, de quem estiver aqui para poder atender. Com todas as dificuldades que temos, viemos para tentar construir, dentro das PPPs, outro programa, desde que consigamos atender de fato quem realmente necessita do atendimento. É muita gente... **Sr. João Farias -** Conclui. **Sr. Marcelo -** Vamos tentar fazer da forma melhor possível. **Sr. João Farias -** Verônica. **Sra. Verônica -** Boa tarde Iapequino, boa tarde Secretário, boa tarde a todos. Secretário, quero te fazer uma pergunta: "vi ação" do prédio do centro para reformar. Têm umas propostas surgindo. Se conseguir assinar um contrato de compra do prédio, a gente já viu que vai vir para a Caixa. Mas nesses casos pode fazer junto com a prefeitura, para subsidiar a entrada das famílias? **Sr. João Farias -** Podemos discutir, a priori diria que hoje a prefeitura não tem recursos para aportar reforma de nenhum prédio. **Sra. Veronica -** Quero que o senhor aporte entrada das famílias. **Sr. João Farias -** Veja, o aporte que a prefeitura faz hoje é em construção, não existe ainda nenhum aporte da prefeitura em prédio já existente, seja ele depois para fazer a reforma, seja ele sem reforma. Estamos discutindo a possibilidade de enfrentar aqui em São Paulo uma política de retrofit nos prédios ocupados do centro. É evidente que se a senhora tiver uma proposta dessas, traga para a Secretaria. Vamos fazer um estudo da viabilidade técnica, financeira e legal de a prefeitura entrar com esse aporte, com essa parceria. Claro que estamos dispostos a discutir. **Sra. Verônica -** O que quero dizer, no Minha Casa Minha Vida Faixa 1 tinha os R$20 mil que era para subsidiar as famílias. No centro as famílias estavam pedindo que esses R$20 mil fossem de entrada para as famílias. Talvez não precisasse dos R$20 mil, poderia ser no CPF da família, diferente do que foi feito. Então, preciso de 5, ela precisa de 4, ela precisa de 3, e assim por diante. **Sr. João Farias -** Esse é um debate que tem que ser feito. Os R$20 mil que a prefeitura faz aporte no Minha Casa Minha Vida é para construção, ou seja, faço aporte para construção de cada unidade, não é por pessoa. **Sra. Verônica –** Dá no mesmo. **Sr. João Farias -** Não dá no mesmo porque estou discutindo aqui o que é lei. A lei fala que posso pôr em construção, não posso dar para a Dona Maria, que comprou um apartamento no prédio no centro e precisa de uma reforma. Posso dar na base, é o conjunto da obra que dá o preço de quanto será aplicado pela Caixa Econômica Federal, pelo parceiro que pode ser a prefeitura, e pelo parceiro que pode ser o Governo do Estado, que dá um valor por unidade, mas que inclui toda estrutura da obra, não só em construção do apartamento. Mudamos essa lei na Câmara agora e transformamos em até R$120 mil por conta desse empreendimento que pretendemos fazer com o recurso do Banco Santander. Não descartamos hoje no município a discussão de carta de cessão de crédito individual, é uma discussão prematura, porém, que se faz necessária, até porque com a falta do Minha Casa Minha Vida Faixa 1, como falamos sobre isso, uma das possibilidades, por exemplo, é a prefeitura subsidiar a entrada de apartamentos, ou de residência para mutuário. Estamos discutindo várias possibilidades. Essa é uma delas. Mas não dá para ser nesta lei que você citou, que essa lei é muito específica para construção. **Sra. Verônica -** Não sei como vai ser, onde vai ser, só que vai ter que acontecer em algum lugar, porque a hora que o Programa Minha Casa Minha Vida 1 acaba, mesmo a família que ganha 1,5 salário mínimo não tem o aporte de entrada, às vezes não tem FGTS, nem nas PPPs vai conseguir entrar, por isso estou falando com o senhor. Talvez se o senhor junto com o Conselho, junto com os movimentos pudesse fazer uma discussão desse tema, poderia até subsidiar famílias para que pudessem entrar no programa das PPPs. Porque fiz um prédio sem ajuda, nada, sei o quanto sofri, o Fernando não acompanhou, foi outra pessoa da Caixa, e a construtora teve que aportar na época R$800 mil para poder subsidiar as pessoas para entrada na Caixa. Aí as pessoas, durante os dois anos de obra devolveram. Deu certo e conseguimos fazer. Por isso estou dizendo ao senhor, talvez para ajudar as famílias para atender a baixa renda dentro da PPP teria que fazer essa questão de entrada, para poder subsidiar. Claro que o condomínio é alto, a prestação é alta, tem que avaliar bastante isso, porque depois as pessoas não conseguem morar. Quero perguntar mais uma questão. Nós, movimento, vamos ter que ceder nossa demanda para a COHAB para poder ser atendida dentro da PPP? Porque até agora não entendemos, Secretário, vamos trazer uma lista? Como é que fica? Vai ser uma licitação entre as entidades? Quem tiver mais tempo, não sei o que, os critérios que têm lá. Está meio confuso isso, Secretário. Obrigada. **Sr. João Farias -** O Iapequino terá de sair daqui a 10 minutos, porque tem um compromisso no Palácio. Antes de respondê-la, fazer mais três pessoas, você responde tudo de uma vez. Vamos manter a palavra de todos. Se puder responder as perguntas que forem feitas, responderei. Se não puder, serão registradas e no momento oportuno o Iapequino, ou alguém da COHAB encaminha a resposta aos Conselheiros. O Dudu e eu responderemos o que pudermos, o Nilson da COHAB está aqui, vai continuar aqui, se puder ajudar. Mas o Iapequino tem um compromisso com o Prefeito inadiável. Juliana. **Sra. Juliana -** Boa tarde. Vou ser bem breve. Meu questionamento é sobre a característica desses imóveis que foram colocados no programa. Fora o Córrego do Bispo, algum outro terreno tem preocupação com famílias? Essa é uma dúvida. Agora, já há sinalização que há outros terrenos ocupados e que possivelmente essas famílias já estejam lá há muito tempo, pegando como exemplo o desastre que foi a remoção do Córrego do Bispo, embora tenha tido ali uma participação da Secretaria de Habitação, é preciso colocar que muitas famílias estão desamparadas do processo de remoção do Córrego do Bispo. Aqui foi sinalizado que algumas famílias, não a totalidade, porque ali mais de 2 mil famílias foram atingidas, mas que uma parte das famílias poderá ser atendida na PPP, onde vai ser implantado ali no lote 12. Mas assim, fica uma pergunta de que, primeiro, a maior parte dessas famílias não se enquadra nos critérios de uma PPP. Segundo, foi desconsiderado no processo de remoção, que tinham famílias que moravam lá há mais de 30 anos. Essas famílias foram colocadas no auxílio aluguel, quem conseguiu, quem teve sorte, no auxílio aluguel por 12 meses. Então, se houver a perspectiva de atendimento dessas famílias que foram removidas no empreendimento, esse auxílio aluguel será renovado até o atendimento? O que foi falado aqui é que não existe uma demanda fechada até Faixa 1 se por acaso Faixa 1,5 se enquadrar naquele empreendimento, dentro dos critérios. Então, o que quero dizer com isso? Que essa informação que temos aqui, essa irresignação das pessoas é porque estamos discutindo um programa habitacional que é complementar, não é para resolver o problema habitacional, mas que temos um problema habitacional nevrálgico. Então, estamos aqui discutindo um programa que não trata da sujeira embaixo do tapete. Então, minha dúvida é, por exemplo, aqui nesse lote de Santo Amaro, vai atender, por exemplo, a demanda do Córrego dos Zavuvus, que foi removida lá em 2007 por risco e até hoje aguarda atendimento? Então, discutimos uma PPP para uma faixa de renda, ou para uma característica de famílias que não vão se enquadrar, e pego isso como exemplo na própria PPP ali da São Caetano, onde foi um parto acompanhar a tentativa das famílias de se enquadrar nos critérios, então, a todo o tempo as famílias tomavam um não e ficavam tentando se adequar à regra. Então, ficava compondo renda com familiar, sendo que na verdade não dispunha daquela renda efetivamente, era uma renda informal, e depois aquela parcela ia para R$800, R$900. Teve caso de família – Posso afirmar porque o Centro Gaspar Garcia indicou famílias para aquele empreendimento – teve casos de famílias que devolveu apartamento porque não era pagável. Então, enfim, isso trata de uma situação que não traduz o problema do município. Então, minha dúvida é, se dentro disso que está sendo viabilizado de alguma forma está sendo considerado pela Secretaria de Habitação também um problema que se arrasta dentro da Secretaria de Habitação. É isso. **Sr. Reinaldo Iapequino -** A questão das entidades, até aquele exemplo colocado anteriormente. Existe um dispositivo no edital que as entidades podem aderir ao programa, com sua demanda. Como é que se viabiliza isso? É aquela história, pode vir por adesão, porque sei que há movimentos, há uma tendência contrária à aceitação da PPP, então, deixamos uma janela. Quem tiver disposição faz uma adesão. Vai poder trazer sua demanda, que neste caso de entidade vai prevalecer o critério do chamamento, se fosse acontecer o projeto pelo Minha Casa Minha Vida. **Sra. Mariza -** No dispositivo tem os critérios? **Sra. Juliana -** No caso dos terrenos do chamamento, é isso? **Sr. Reinaldo Iapequino -** Todos os casos de FAR, FDS que estão no chamamento, não tem financiamento do Minha Casa Minha Vida vão poder aderir. Qual é o limite disso? É recurso, porque como disse, quando se fizer isso, é a empresa que vai desenvolver o projeto, que é quem ganhou a licitação, ela conta com uma parte... **Sra. Evaniza -** Se ela estiver no perímetro? **Sr. Reinaldo Iapequino -** Não necessariamente, deixamos aberta uma discussão. Se vocês forem ler o edital. Fizemos aberto. É claro que mostramos preferencialmente no território da mesma subprefeitura de onde tiver a adesão, mas vamos ter adesão, por exemplo, de entidade que tem empresa que ganhou licitação de outro lugar. Santo Amaro, por exemplo, é um lote, veja bem qual é a situação. Não teve licitante do lote de Santo Amaro, então não tem PPP em Santo Amaro, então, o Córrego do Jaburu vai continuar na lista dos outros programas. Queria eu que tivesse, que aí íamos discutir se dos 15% uma parte do Jaburu poderia entrar. Então, é um caso típico, voltamos à estaca zero. Então, se a PPP não é, ninguém está dizendo que é panaceia, todos os males, se é ruim, pior sem ela. No caso do Heliópolis, não tem PPP em Heliópolis, as 3.500, mas tem uma série de outras atividades lá. Essa PPP vem somar a tudo que já foi feito. Talvez a ação mais intensa da Secretaria de Habitação hoje seja em Heliópolis, podem me corrigir porque não estou envolvido diretamente nesses processos, então, a PPP vem somar. Não vai resolver o problema de todo mundo. Quantas famílias moram em Heliópolis? Quantas pessoas precisam de moradia em Heliópolis? 40 mil, 20 mil, não sei. Estamos conseguindo fazer alguma coisa lá. Santo Amaro ficou sem. Verônica, a resposta da entidade está dada, é possível fazer por adesão, a demanda é da entidade, aí vamos ter que ter uma conversa com a Secretaria. O recurso compensatório é para a empresa que iria auferir um recurso desse financiamento de um agente financeiro. A parte que é da alavancagem é da família. Então, a família que ganha 1 salário, por exemplo, qual é a alavancagem dela? Mas é da ordem de R$40 mil, R$45 mil. O financiamento, ela vai comprar um apartamento que vai valer R$180 mil, R$160 mil por R$40. Esses R$40 mil, a empresa que ganhou a licitação espera receber do agente financeiro. Fizemos a PPP porque não tinha esse dinheiro. Mas a entidade já estava dentro da programação, de ter até os aportes municipais. Se não vai ter o aporte lá na Caixa, pode ter o aporte aqui na PPP. Então, é um problema que vamos levar ao nosso Secretário. Mas está aberta a janela para fazer as adesões. É claro que se formos imaginar as 8.500 unidades que têm nos chamamentos, eu listei, têm 8.500 unidades em estado de chamamento, acho que tem três ou quatro projetos contratados efetivamente, de terrenos alocados pela COHAB, pela SEHAB e terrenos que a entidade trouxe dentro do que temos, FAR, FDS para entrar. Estamos com uma PPP de 13 mil, não consigo trazer para dentro 8.500. Tudo aquilo que não será possível em curto prazo desenvolver pelo Programa Minha Casa Minha Vida não consigo resolver pela PPP. Se tivesse esse dinheiro não precisava fazer PPP, faríamos nós toda essa operação. Então, vamos ter que ter aí um arbitramento em função do recurso que for disponível. O fato concreto é, quando tivermos a PPP contratada não vai ter nenhum elemento mais avançado para executar efetivamente o empreendimento. Tem chamamento de 2015, já vai para quatro anos; 2014, já vai para cinco anos. Alguns conseguiram, sabemos, fizeram contrato, mas e os outros? A PPP também nesse aspecto, dados os limites, vai ser um instrumento: Tem aqui, apareceu um recurso lá, em vez de ele ficar desenvolvendo alguma coisa que vai transcender até a gestão dele, têm também os prazos, tempos políticos para serem considerados aí: Prefiro pôr aqui, resolvo, que atende lá os critérios da entidade. Vamos ver a questão de financiamento, vai virar Faixa 1,5, é um debate que vamos fazer nessa migração. Vou precisar me retirar. **Sr. João Farias -** Agradeço ao Iapequino. Continuaremos aqui, espero junto com o Adjunto sanar todas as dúvidas. Obrigado. **Reinaldo Iapequino -** Obrigado. **Sr. João Farias -** Cleide. **Sra. Cleide -** Já me sinto contemplada. **Sr. João Farias -** Tereza. **Sra. Tereza Lara -** Boa tarde a todas e todos. Sou Tereza, da Associação Estrela Guia e Central dos Movimentos Populares. A minha preocupação é a seguinte, quantos por cento dessas demandas que estão no auxílio aluguel entrariam? Se temos 35 mil pessoas no auxílio aluguel eu tenho uma preocupação muito grande, como a Dra. Juliana colocou, quantos anos faz. Isso nos traz um desconforto, porque R$400 para cada família, e atrapalha, porque você não pode investir em outro projeto, porque tem que continuar pagando. Se essas famílias não entrarem nesse projeto por causa do salário vão ficar no auxílio aluguel novamente. É uma grande preocupação nossa. Se pegar, tem o projeto do Heliópolis, que o Secretário colocou que ainda não tem demanda, as empresas que vão ver isso ainda. Como é que vamos fazer, Secretário? Sou da mesma região – Só que não moro em Heliópolis, sou da mesma região – como é que vamos atender a demanda do auxílio aluguel da nossa região? Estou falando do meu umbigo, não estou falando do umbigo de São Paulo. Outra coisa, estou falando como Conselheira, mas como entidade posso mandar uma demanda, sentar com vocês e construir uma demanda? Geralmente a demanda do nosso pessoal não entraria, se chacoalhar a peneira não vai passar nenhuma, porque vai ser muito alto e não vão ter condições. Secretário, esperamos todo esse tempo, quando nos colocaram sobre PPP ficamos felizes, nos interessava aprender muito mais, queríamos ouvir isso. Para nós era uma coisa muito boa, quanto mais informação ao Conselho seria bem melhor. Mas levamos preocupação para casa disso que nos trouxe. Precisamos nos sentar, Secretário, para discutirmos mais um pouco sobre tudo isso, para aprender muito mais. **Sr. João Farias -** Tereza, só para te responder rapidamente. Temos aproximadamente 29 mil pessoas no auxílio aluguel hoje, não são 35 mil, mas, mesmo assim, 29 mil é um número elevadíssimo. Segundo, desses 29 mil devemos ter até o final do ano uma diminuição significativa porque estamos com vários empreendimentos em andamento na cidade, seja PAC, seja recuperação de mananciais, seja de alguma intervenção urbana, que os empreendimentos devem ser finalizados uma parte ainda este ano. Temos expectativa de que até o final do ano entreguemos 10, 11 mil unidades. No ano que vem, em 2020 pelo menos mais 12, 13 mil, atingindo as 24 mil que estão em obras de empreendimentos existentes no município, que vêm muitos, desde 2008, 2009, outros 2011, que fez com que muita gente esteja no auxílio aluguel até hoje, são famílias que foram removidas de áreas que teve operação urbana, ou que eventualmente estava em área de risco, porque o número de pessoas no auxílio aluguel por conta de decisão judicial e vulnerabilidade é muito menor do que aquelas que foram removidas por conta de alguma operação da prefeitura. Então, a diminuição do auxílio aluguel vai ocorrer de forma automática por conta dessas entregas, também porque vamos fazer um recadastramento em breve do auxílio aluguel, porque o entendimento é que o auxílio aluguel que as pessoas estão recebendo tem que estar dentro do que estabelece a Portaria 131, ou seja, exclusivo para auxílio aluguel. Ou se a pessoa não mora em São Paulo, está fora do país ou do estado, não está pagando aluguel, não tem sentido que continue recebendo auxílio aluguel. Então, a ideia é conseguirmos ter uma radiografia melhor de como está a situação das famílias que recebem o auxílio aluguel nesse período. Então, é só para esclarecer essa questão para você. Estamos sempre abertos ao diálogo, estamos à disposição para marcar reuniões, conversar quantas vezes forem necessárias, não temos nenhuma dificuldade de dialogar. Evaniza. **Sra. Evaniza –** Boa tarde. Evaniza, da UMM. Tenho uma dificuldade bastante grande de compreender no edital a questão das composições financeiras. Primeira coisa, o Secretário falou no início que os terrenos não serão doados, serão feitos em forma de concessão. O valor dos terrenos entra no valor da unidade a ser financiada pelo resultado final? Ou entra como subsídio? Entra como? Para entendermos como será a distribuição dos terrenos, os que são próprios municipais. Os que ainda não são da prefeitura, alguns terrenos que não são da prefeitura ainda, qual é a forma de aquisição? O privado vai adquirir os terrenos? A prefeitura vai desapropriar e concessionar os privados, que é o caminho, né? Essa seria a primeira questão dos terrenos. Em seguida, também causou dificuldade de entender qual vai ser o aporte do município no programa. Vou até usar um exemplo que foi dado aqui, se a família vai entrar no programa pela Faixa 1,5, ela vai ter tanto de financiamento, infelizmente uma família na faixa

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br sábado, 29 de junho de 2019 às 02:30:29.